

RESENHAS

Porto, N; Lima Filho, M. (orgs). (2019). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 261 p.

MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO

UNIVERSITÉ DE LIÈGE, LIÈGE, BÉLGICA E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG), GOIÂNIA/GO, BRASIL

[HTTP://ORCID.ORG/0000-0001-9695-3807](http://ORCID.ORG/0000-0001-9695-3807)

Tomada 1

1987: o artista James Luna, de origem Puyukitchum, realiza sua performance no Museu do Homem de San Diego, Califórnia. Deitado em uma vitrine, rodeado por objetos como fotos, seus livros preferidos, papéis de divórcio e diploma universitário, ele aponta para uma problemática muito candente: como as culturas indígenas são representadas nos museus. Corta.

Tomada 2

Em uma viagem de turismo em 2010 a Goa, Índia, na Basílica do Bom Jesus, a antropóloga Renata Menezes vê o local onde são expostos restos mortais de São Francisco Xavier, e se interroga: “corpo morto, insepulto, é um objeto?” (:117).

Tomada 3

2018: o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG) realiza o Seminário *Coleções étnicas e museologia compartilhada*, pré-evento do 18º Congresso da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES).

O livro objeto desta resenha resulta do citado Seminário, e foi organizada por Manuel Lima Filho, professor de Antropologia da Universidade Federal de Goiás, e Nuno Porto, curador para África e América Latina do Museu de Antropologia da University of British Columbia. Para as coordenadoras do 18º IUAES, Miriam Grossi e Simone Lira da Silva, a coletânea marca a liderança mundial da Antropologia brasileira e atesta a posição proeminente da UFG nos campos do Patrimônio e da Museologia. Sua publicação ocorre na Coleção Diferenças, do PPGAS/UFG.

Os organizadores do Seminário e do volume realçam como a cultura material já preservada historicamente em museus vem sendo retomada pela Antropologia, pela Museologia Social e por outras áreas por meio da “perspectiva da diferença” (:11). A obra, composta por oito artigos, além de apresentação e prefácio, também aciona, lateralmente, a discussão sobre a virada ontológica que consiste, entre

outros efeitos, no avivamento das preocupações, nas Ciências Humanas, a respeito das relações entre humanos e coisas (:120).

No texto “Exercício breve sobre a formação de séries etnográficas a partir de coleções etnológicas”, Edmundo Pereira propõe um exercício de “comparação de trajetórias de colecionamento” que originaram três *coleções* do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Botocudo, Pareci e Apinajé. O autor investiga os processos de formação das coleções, propondo categorias para classificá-los segundo suas semelhanças e diferenças e elaborar um quadro comparativo entre eles. Tendo passado por incêndio em 2018, todos os estudos sobre coleções deste museu, como o presente artigo, que registram dados sobre a coleção e sua distribuição espacial na exposição de longa duração daquele momento, revestem-se de ainda maior importância.

Nuno Porto, um dos organizadores, contribui com o texto “Para uma prática curatorial comprometida com justiça social”, no qual problematiza como os museus têm construído seus discursos em torno da ideia de autoridade anônima, camuflando o fato de serem formados por atores sociais. Ele critica a colaboração e a consulta usadas como formas de se legitimar e “manter as aparências” e procura “alternativas do sul” a estas práticas. Destarte, apresenta experiências brasileiras como a Sala do Artista Popular do Centro de Folclore e Cultura Popular Edson Carneiro, concebida para apoiar os produtores em relação ao mercado consumidor, a partir da ideia de que preservar a vida e a dignidade do artista popular é tão essencial quanto preservar a obra. Também ressalta iniciativas africanas que têm por base a *Sankofa*, uma filosofia sobre as relações entre passado e futuro. A partir destas provocações e de um olhar crítico sobre a experiência de sua própria instituição, Porto destaca o desafio dos museus que se baseiam em coleções, pela necessidade de se reverem profundamente e assumirem o compromisso com a justiça social.

A fala de Takumã, líder Kamaiurá do Parque Indígena do Xingu, volta a ecoar no texto de Camila A. de Moraes Wichers “‘Todo mundo ficou com medo desse caco’: práticas de colecionamento e colonialidade na formação da Coleção da Lagoa Miararré, Xingu”. A frase foi dita em entrevista a Acary Passos de Oliveira, primeiro diretor do Museu Antropológico da UFG, em 1976. O Museu recebeu entre 1971-72 alguns objetos retirados da lagoa sagrada, mas a coleção foi “silenciada” por várias décadas nas reservas técnicas. Sua pesquisa percorre, a partir de 2016, as relações entre pesquisadores e indígenas e o choque de alteridades. A autora destaca situações em que indígenas assumiram as negociações com figuras como Orlando Villas-Bôas, Acary de Passos Oliveira, Pierre Becquelin e Nobue Myasaki. Na retomada recente da coleção, a pesquisadora busca afastar-se das práticas marcadamente coloniais e ressignificá-las em um diálogo com integrantes do povo Kamaiurá, problematizando tensões inerentes à atuação do próprio Museu.

Os sistemas de classificação aparecem como problemas relevantes em diferentes capítulos. Advogando por uma Antropologia da Devoção, Renata Menezes pergunta: “Os objetos religiosos cabem em quais vitrines?”. Ela problematiza as fronteiras entre religião e cotidiano e entre religião e materialidade, tendo em vista que “grande parte do tempo dedicado à religião envolve o manuseio de coisas” (:121). Tais coisas possuem um estatuto muito mais poroso do que simplesmente a definição como religiosas ou laicas possa indicar. Ao se interessar pela investigação das passagens entre um estatuto e

outro e da própria musealização, Menezes põe acento no debate, nos “constrangimentos dos problemas classificatórios” (:123) e naqueles causados por práticas de manuseio e exposição que desconsideram a perspectiva dos detentores.

O texto “Interculturalidade e saberes compartilhados: estudo da Coleção William Lipkind (1938-1939) do Museu Nacional/UFRJ” apresenta estudos liderados por Manuel Lima Filho em conjunto com Marília Caetano Moraes, Lucas Yabagata e Lucas Santana Silva. O grupo investiga a coleção formada durante o trabalho entre os Iny Karajá de Lipkind e abrigada no Museu Nacional até o incêndio de 2018. O aspecto intercultural da pesquisa consiste em investigar a percepção dos Iny Karajá no reencontro com esta coleção. A ausência de *mana* em determinados objetos rituais aparece como requisito para a musealização. A relação entre coisas e cura é também mencionada tendo por base estudos que indicam o fabrico do artesanato como ato para evitar o adoecimento e como transformação de dor em arte. Isto sugere uma potencialidade ainda inexplorada de investigações que olhem para as conexões entre práticas curatoriais próprias do mundo dos museus e este sentido do lidar com as coisas como cura.

O povo Iny Karajá tem sido assolado por sucessivos golpes como a epidemia de suicídios, notadamente entre jovens rapazes, e a pandemia de Covid-19. Toda perspectiva de cura física e espiritual deve ser ensejada inclusive como parte do compromisso com a preservação do seu patrimônio, que é, antes de mais nada, a vida. Ainda nesse texto, note-se o interesse da experiência de reclassificação das coisas de acordo com as categorias nativas. Tais práticas de compartilhamento de saberes são potencializadas, vale ressaltar, pela existência da Licenciatura Intercultural Indígena na UFG. Note-se ainda o desejo de museu expresso pelos Iny Karajá em oficina ministrada por Marília Moraes na Ilha do Bananal, que permite encetar novos desdobramentos com outros projetos realizados na UFG, como o Presença Karajá.

Renato Athias se inquieta pela “representação museológica da diferença” (:166) no texto “Entre máscaras, maracás, imagens e objetos xamânicos em museus”. Pensa a passagem de objetos xamânicos a estes novos contextos, a partir do caso da exposição que realizou no Museu do Estado de Pernambuco, por meio de curadoria compartilhada. Entre os procedimentos inusuais nos museus, menciona a substituição de um par de búzios deteriorado que era um instrumento musical dos Fulni-ô. Após negociação com o grupo (e certamente com os pruridos técnicos do museu), no ato da abertura da exposição ocorre a substituição dos búzios inutilizados por “uma cópia autorizada e autenticada” (:168).

O autor reflete sobre a ausência, nos relatos de naturalistas-viajantes que coletaram para museus desde o século XVIII, do interesse em trazer junto com os objetos as narrativas nativas e se detém no primeiro caso bem-sucedido de restituição no Brasil, o da machadinha Krahô do Museu Paulista, em 1986. Aqui, enfatiza o papel de coesão social que todo este processo de luta e restituição representou para o grupo, valorizando a imaterialidade inerente ao objeto. Athias retoma o caso dos búzios Fulni-ô para lembrar que eles nunca desejaram o retorno daqueles que não mais serviam como instrumentos musicais, o que leva a uma problematização muito instigante, visto que museus muitas vezes definem seus objetos exatamente pela perda do valor de uso.

Em “Etnicidade e fronteira nas práticas de colecionamento no médio Araguaia”, Rafael S. G. de Andrade volta aos Iny Karajá. Não é à toa que vários capítulos abordam este povo, visto que a insti-

tuição que abrigou o Seminário possui uma trajetória de 50 anos de estudo a seu respeito. Este artigo explora “o lugar dos aruanãs nas práticas de colecionamento que tiveram lugar no médio Araguaia” (:198), ressaltando a produção concomitante de coleções de ideias e de coisas. Os aruanãs ou *ijasó* são seres “que visitam as aldeias em momentos rituais [...], na forma de um par de dançarinos que saem da casa dos Aruanãs (:197)” cobertos por uma máscara de palha. Uma série de preceitos lhes são associados, como a proibição do olhar das mulheres. Em 2012, por ocasião da abertura de uma exposição do Museu Nacional, os Iny presentes solicitam a retirada destas máscaras, o que foi seguido pelo museu, incluindo imagens veiculadas no *site* da instituição. A partir daí uma discussão ainda inconclusiva foi iniciada em reuniões de pajés, sobre a presença das máscaras de aruanãs em museus.

Finalmente, o livro traz o capítulo de Nei Clara de Lima e Rosani Leitão, “Patrimônio cultural Iny-Karajá e política de salvaguarda: diálogo intercultural e trabalho compartilhado”, que apresenta as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, contextualizando o registro das *ritxoko*, bonecas de cerâmica produzidas pelas mulheres Iny Karajá como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Elas afirmam que “as bonecas expressam a complexidade do universo sociocultural Iny Karajá, produzindo narrativas sobre o que é ser Karajá, sobre como se vêem e se autoconcebem.” (:230). Finalmente, o texto introduz a metodologia e os resultados do projeto de salvaguarda executado com recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, enfatizando seu caráter colaborativo e compartilhado, a partir de metas definidas em conjunto com lideranças e ceramistas.

Tal projeto, que atingiu 21 aldeias, teve jovens indígenas Iny Karajá como articuladores/as locais e realizou atividades como: a divulgação das *ritxoko* como patrimônio cultural brasileiro; a formação em gestão de projetos culturais e em documentação audiovisual (reivindicação do grupo); oficinas de fortalecimento do artesanato tradicional que promoveram intercâmbio entre mestres/as das diferentes aldeias, e despertaram iniciativas de retomada de práticas e de rituais tradicionais. Neste caso houve a reconfiguração da ideia inicial de realizar uma exposição pelo fato de as lideranças desejarem colocar os objetos em uso nestas ocasiões ou usar os que ficaram inacabados como elementos didáticos. A quarta meta trabalhou o fortalecimento do *Inyribè*, língua nativa, por meio da elaboração conjunta do livro bilíngue *Arte Iny/Karajá: patrimônio cultural do Brasil*. As considerações finais destacam a cocriação de diferentes pedagogias patrimoniais e, sobretudo, o aprendizado sobre a indistinção entre material e imaterial, além de afirmar o momento político atual como uma convocação a quem trabalha com patrimônio a uma “atuação cada vez mais politizada nas arenas da vida cultural brasileira” (:258).

Arte, Antropologia, Museologia e muitos campos estão problematizando há algumas décadas as práticas de colecionamento e de musealização: Appadurai e Breckenridge afirmam que museus são bons para pensar, Clifford alerta que museus são zonas de contato. Neste exercício de reflexividade e desnaturalização da realidade muito próprio da Antropologia, deixam-se de pensar somente sobre as coisas que são colecionadas pelos museus, mas sobre os próprios museus como coisas, produtos das relações sociais. Museus se afirmam como objetos privilegiados das reflexões da Antropologia.

Esse livro aponta para as novas práticas em instituições museais, ancoradas no protagonismo das comunidades de origem dos acervos, e que pretendem estabelecer relações outras com tais comunidades de forma a não reproduzir e naturalizar os modelos de musealização estabelecidos em regime

de alteridade radical, desterritorialização, assimetrias e violências epistêmicas. Trata-se de um debate contemporâneo da mais alta relevância e em sintonia com as demandas dos movimentos indígenas em todo o mundo, às quais os museus devem ser permeáveis. O momento é mais que propício, visto que a própria definição de museus está sob cálido debate.

Manuelina Duarte é doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Atua como professora na Universidade de Liège, Bélgica, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG).

RECEBIDO: 17/02/2021

APROVADO: 11/03/2021